TATIANA ROBLES SEFERJAN

A CONSTITUCIONALIDADE DO ABORTO

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Associado Dr. Alexandre de Moraes

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
SÃO PAULO
2017**

TATIANA ROBLES SEFERJAN

A CONSTITUCIONALIDADE DO ABORTO

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Alexandre de Moraes

Tese apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito do Estado, na área de concentração **Direito do Estado**, sob a orientação do Professor Associado Dr. Alexandre de Moraes

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
SÃO PAULO
2017

SEFERJAN, Tatiana Robles. A Constitucionalidade do aborto. São Paulo. Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito. São Paulo. 2017.

RESUMO

A legislação do aborto no Brasil é bastante rígida. A Constituição Federal de 1988 não trata expressamente sobre o direito à vida do feto. Atualmente, o aborto é regulado apenas pela legislação penal, que criminaliza o aborto, com apenas três exceções: gravidez resultante de estupro, risco à vida da mulher e feto anencefálico. Quando se pensa em mudança na legislação do aborto, deve-se pensar primeiro no tratamento da Constituição sobre o direito à vida. O texto constitucional protege o direito à vida, mas não fala especificamente no direito à vida do feto. É importante fazer uma diferença entre início do direito à vida e início da vida. Ao Direito, compete apenas debater apenas o início do direito à vida. Existem várias teorias para se determinar o início do direito à vida. É preciso verificar qual delas melhor se enquadra na Constituição brasileira. Para ajudar no entendimento da garantia do direito à vida, é interessante analisar as decisões estrangeiras sobre o aborto. As decisões mais importantes são as tomadas pela Suprema Corte dos EUA e pelo Tribunal Constitucional Federal Alemão. Para entender o problema do aborto, é preciso estudar também os demais direitos envolvidos. O primeiro princípio constitucional a ser lembrado é o princípio da dignidade da pessoa humana. Fundamental também debater a autonomia reprodutiva da mulher, os direitos sexuais e reprodutivos e sua influência sobre a regulamentação do aborto. No debate sobre o direito a controlar o direito de reprodução, é fundamental falar do planejamento familiar e da legislação brasileira. Sempre que se fala em direito à vida, ganha importância o debate religioso. É necessário diferenciar quais opiniões são puramente religiosas e não podem ser adotadas pelo Estado, sob pena de ferir a laicidade do Estado e a liberdade religiosa dos cidadãos. É preciso também analisar as relações entre o direito à saúde e o tratamento do aborto no Brasil. Por fim, é importante verificar as manifestações do Supremo Tribunal Federal brasileiro sobre o direito à vida. Com base em todas as considerações expostas, será possível analisar como a ampliação das hipóteses de aborto poderá ser considerada constitucional.

ABSTRACT

The abortion legislation in Brazil is quite rigid. The 1988 Federal Constitution does not explicitly address the right to life of the fetus. Currently, abortion is governed only by criminal legislation, which criminalizes abortion, with only three exceptions: pregnancy resulting from rape, risk to life of the woman and anencephalic fetus. When it thinks of a change in abortion legislation, it must first think about the treatment of the Constitution on the right to life. The constitutional text protects the right to life, but does not specifically speak of the right to life of the fetus. It is important to make a difference between the beginning of the right to life and the beginning of life. To the Law, it is only a matter of discussing the beginning of the right to life. There are several theories to determine the beginning of the right to life. It is necessary to verify which one fits better in the Brazilian Constitution. To help understand the assurance of the right to life, it is interesting to look at foreign abortion decisions. The most important decisions are those taken by the US Supreme Court and the German Federal Constitutional Court. To understand the problem of abortion, we must also study the other rights involved. The first constitutional principle to be remembered is the principle of the dignity of the human person. It is also essential to discuss women's reproductive autonomy, sexual and reproductive rights, and their influence on the regulation of abortion. In the debate about the right to control the reproduction, it is fundamental to speak of family planning and Brazilian legislation. Whenever one speaks of the right to life, religious debate becomes more important. It is

necessary to differentiate which opinions are purely religious and can not be adopted by the State, under penalty of hurting the laicity of the State and the religious freedom of the citizens. It is also necessary to analyze the relationship between the right to health and the treatment of abortion in Brazil. Finally, it is important to verify the manifestations of the Brazilian Federal Supreme Court on the right to life. Based on all these considerations, it will be possible to analyze how the expansion of the hypotheses of abortion could be considered constitutional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
I – ABORTO.....	12
I.1- Conceito de aborto.....	12
I.2- Compreensão do aborto ao longo da história.....	13
I.3- Classificações do aborto.....	17
I.4- Aborto no Brasil.....	20
II- DIREITOS E PRINCÍPIOS ENVOLVIDOS NA QUESTÃO DO ABORTO.....	25
II.1- Dignidade da pessoa humana.....	25
II.2- Direito à vida.....	29
II.2.1- Conceito de direito à vida.....	29
II.2.2- Teorias sobre o início do direito à vida.....	36
II.2.3- Direito à vida e a regulamentação do aborto.....	52
II.3- Direito à autonomia reprodutiva.....	92
II.3.1- Direito à intimidade, autonomia reprodutiva e aborto.....	92
II.3.2- Os procedimentos do aborto e a autonomia.....	104
II.3.3- Direitos reprodutivos e sexuais.....	117
II.3.4- Planejamento familiar.....	134
II.4- Direito à saúde.....	143
II.5- Estado laico e liberdade religiosa.....	157
II.5.1- A influência da religião na questão do aborto.....	157
II.5.2- Liberdade religiosa e a escusa de consciência.....	170
III- O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO DEBATE DO ABORTO.....	174
III.1- A ADI 3510 e o direito à vida do embrião.....	174
III.2- ADPF 54 e o aborto de feto anencéfalo.....	180
III.3- ADI 5.581 e o aborto em caso de microcefalia.....	195
III.4- HC 124.306/RJ e a inconstitucionalidade da criminalização do aborto.....	203
CONCLUSÃO.....	208

INTRODUÇÃO

A possibilidade de legalização do aborto é bastante controvertida, já que envolve não só diversos princípios constitucionais, mas também questões fundamentais da existência humana, como o início da vida e a dignidade humana.

No Brasil, a questão do aborto, assim como em outras partes do mundo, não tem solução pronta no texto constitucional. A legislação pátria sobre aborto é bastante restritiva e data da década de 40. É crime a interrupção da gestação, a qualquer momento, salvo em caso de estupro ou risco para a vida da mãe. Por decisão do STF, ainda não será punido ser punido o aborto de feto anencéfalo. O aborto é em regra punido criminalmente, sendo poucas as exceções em que a interrupção da gravidez é legal.

Discutir a possibilidade de ampliação das hipóteses de aborto legal é tema assaz complexo e sem fácil solução no ordenamento jurídico. O tratamento do aborto varia sensivelmente de acordo com o momento histórico. Tradicionalmente condenado pelas religiões, o aborto já foi aceito pela Igreja Católica num curto período da gestação. Sob uma perspectiva histórica, é interessante questionar se a proibição ou legalização do aborto esteve ligada à proteção dos direitos fundamentais ou se tinha como motivo principal algum outro fator prático.

Independentemente de tratamento que tem sido conferido ao aborto ao longo da história, a discussão atual recai primeiramente na concepção que se adota do direito à vida. Para tanto, é fundamental estabelecer a diferença entre o início da vida e do direito à vida. Ainda que se restrinja a discussão somente o direito à vida, que é tema que interessa particularmente ao Direito, há muita contradição envolvida.

A Constituição Federal de 1988 trata do direito à vida, sem, contudo, especificar sobre como compreende o direito à vida do feto. A solução fica relegada, portanto, à doutrina e à jurisprudência. Para entender qual tratamento sobre o aborto seria permitido em face da nossa Constituição, é necessário analisar todas as teorias existentes sobre o início da proteção do direito à vida, para que então se possa considerar qual dessas teorias melhor se amolda ao quadro constitucional dos direitos fundamentais.

E a ausência de pronunciamento no texto constitucional sobre o início do direito à vida não é peculiaridade da nossa Carta Magna. Analisando-se as soluções encontradas por outros países, as Constituições estrangeiras tampouco tratam do direito à vida do feto. A jurisprudência e a legislação encarregam-se de determinar a amplitude da

proteção ao direito à vida do feto e de conciliá-lo com os demais princípios fundamentais envolvidos. É fundamental, portanto, analisar comparativamente como o direito à vida é reconhecido nos países que dão tratamento mais amplo às hipóteses permissivas do aborto.

A discussão sobre o direito à vida do feto, porém, não é a única a envolver a temática do aborto. Naturalmente, quando se fala de proteção ao direito à vida e de direitos fundamentais em geral sempre deve ser lembrado o princípio da dignidade da pessoa humana e deve ser pensada qual a sua influência para a solução do aborto.

O direito à vida e a dignidade da pessoa humana costumam ser vistos como os princípios fundamentais quando se fala de aborto. Há, contudo, outros direitos fundamentais que não podem ser desconsiderados e que são igualmente importantes para que se possa compreender a questão de maneira plena.

A ideia de aborto é parte de uma discussão muito mais ampla sobre a possibilidade de controle da reprodução, que é uma faceta do que hoje se denomina como direitos sexuais e reprodutivos. Assim, é mister que seja analisada a origem de tais direitos, que muitas vezes esteve ligada à consagração do direito à intimidade e à vida privada. Por óbvio que o direito à intimidade é considerado um direito já tradicional não só na história constitucional brasileira, mas na própria evolução dos direitos fundamentais. É fundamental estudar, portanto, em que medida a autonomia reprodutiva e os direitos sexuais e reprodutivos se inseriram na tradicional garantia do direito à intimidade.

Analisada a origem da chamada autonomia reprodutiva enquanto parte do direito à intimidade, é importante estudar como este conceito influencia no tratamento do aborto. A questão da autonomia tem fundamental relevância não só para determinar a constitucionalidade em si do procedimento do aborto, mas também para estabelecer quais critérios podem ser estabelecidos como condicionantes para a realização do aborto.

Tratando-se de controle da reprodução, de autonomia e de direitos sexuais e reprodutivos, é forçoso discutir o conceito de planejamento familiar. Interessante lembrar que a Constituição Federal de 1988 reconhece especificamente o planejamento familiar. É necessário, portanto, entender em que termos o texto constitucional reconheceu o planejamento familiar e também como a legislação infraconstitucional regulamenta o exercício do planejamento familiar.

Nesta linha, por fim, é relevante estudar como vem se dando a recente a consagração normativa dos direitos reprodutivos e sexuais e qual o seu conceito. É interessante também anotar como a jurisprudência estrangeira tem entendido a autonomia reprodutiva da mulher, os direitos sexuais e reprodutivos e o planejamento familiar. Esse

estudo comparado é essencial, já que grande parte da construção para o reconhecimento de tais direitos deu-se no plano internacional.

A ideia de autonomia e de direitos sexuais e reprodutivos não é a única que deve ser considerada juntamente com o direito à vida e o princípio da dignidade humana. Sempre que se fala de aborto legal, discute-se muito o procedimento de interrupção da gravidez e suas implicações no direito à saúde.

O direito à saúde pode ter sua influência no debate do aborto sob duas perspectivas. A primeira é o direito à saúde como uma justificativa para se autorizar a interrupção da gravidez. Atualmente, a legislação penal já permite o aborto quando há risco à vida da mãe. Contudo, quando se fala em saúde, o seu conceito não envolve somente a saúde físicas, mas também a saúde psíquica. Assim, deve-se debater a possibilidade de danos à saúde física ou psíquica da mulher serem considerados motivos razoáveis para a autorização do aborto.

A segunda perspectiva do direito à saúde é considerar os danos que a criminalização do aborto e a consequente realização de abortos clandestinos pode causar à saúde das mulheres. Para que se tenha a dimensão do aborto como um problema de saúde pública, é mister que se analisem os dados sobre aborto clandestino no Brasil e os riscos causados à saúde e à própria vida das mulheres que a ele se submetem.

Outra questão que necessariamente deve ser enfrentada ao se falar em aborto é a da liberdade religiosa e do Estado Laico. Essa discussão é relevante principalmente à luz do que se considera como início do direito à vida. Aqui cabe debater até que ponto o posicionamento sobre a vida adotado pelo Estado revela-se um pensamento puramente religioso e sem qualquer base secular, de modo a ferir o dever de neutralidade de um Estado Laico. Importante também analisar em que medida a imposição de um conceito religioso pelo Estado sobre a vida acaba ferindo o direito à liberdade religiosa do cidadão, que não poderá agir de acordo com a sua crença sobre o direito à vida.

Tratando especificamente do cenário brasileiro, é fundamental analisar a posição até hoje expressada pelo Supremo Tribunal Federal no que tange à proteção do direito à vida do feto. Neste sentido, serão estudados os julgamentos que tratam do aborto de feto anencefálico, da pesquisa com células-tronco, a recente decisão que tratou da inconstitucionalidade do crime de aborto até o 3º mês, além da ação que pede a autorização para que mulheres infectadas pelo zika possam abortar.

Com base nesses conceitos e ponderações, será possível entender em que termos a ampliação das hipóteses de aborto pode ser considerada constitucional no Brasil,

conciliando-se todos os direitos envolvidos, desde o direito à vida do feto até os direitos reprodutivos e saúde da mulher.

CONCLUSÃO

A Constituição Federal de 1988 não trata especificamente do direito à vida do feto e, portanto, não disciplina expressamente a possibilidade de aborto. Ante a ausência de tratamento constitucional expresso, dá-se abertura para o legislador e para a jurisprudência disciplinarem o assunto.

O aborto é definido pela legislação penal brasileira como crime, com três exceções: gravidez resultante de estupro, risco à vida da mãe e feto anencefálico (este incluído por decisão do STF). Tal tratamento segue a linha das legislações mais restritivas sobre aborto, em que o procedimento é permitido apenas em algumas situações bastante excepcionais. Cabe perquirir se a solução adotada pelo legislador na década de 40 ainda está de acordo com o texto da Constituição de 1988.

A aceitação do aborto como um procedimento legítimo ou não varia bastante de acordo com o momento histórico. Percebe-se que, frequentemente, a proibição do aborto não está sempre vinculada à ideia de proteção do feto. Por vezes, a proscrição do aborto visa proteger direitos de paternidade ou mesmo relaciona-se com questões demográficas, como baixa taxa de natalidade.

As religiões ocidentais, em regra, condenam o aborto. É de se notar, contudo, que durante a Idade Média a posição da Igreja Católica alternou-se entre épocas de permissão do aborto, ainda que com requisitos temporais curtos, e proibição completa. Vê-se, assim, que mesmo em uma das instituições que mais condena hoje o aborto, não houve consenso histórico sobre sua posição.

Independentemente de a proibição do aborto ter ganhado força mundialmente na década de 40 (pós II Guerra Mundial) como uma forma de aumentar as taxas de natalidade, a discussão hoje recai principalmente sobre a proteção do direito à vida do feto.

Na Constituição Federal de 1988, o direito à vida é garantido expressamente, mas não há qualquer menção quanto ao momento de início da proteção deste direito. Na verdade, raramente os diplomas normativos fazem menção ao início da vida.

Põe-se, então, a primeira questão a ser resolvida, o início da vida. Não parece muito consentâneo com a discussão jurídica determinar qual o momento de início da vida. Como vários autores ressaltam, há diversas teorias na ciência médica para

determinar qual o momento de início de vida. Existem, assim, várias etapas da gestação, bastante diferentes entre si, que a ciência aponta como de início da vida.

Ademais, a questão do início da vida encontra-se fortemente permeada por questões religiosas e filosóficas que não devem ser assumidas pelo Estado. Se não há certeza pela ciência do momento exato de início da vida, a escolha de um deles só pode estar envolvida por questões de cunho filosófico ou religioso.

Sendo o Estado Laico, não há que se pensar na apropriação de uma ideia religiosa como estatal. Afinal, a imposição pelo Estado de uma determinada posição feriria mortalmente a liberdade religiosa dos seus cidadãos que se veriam obrigados a atuar de acordo com uma crença, com a qual não compartilha.

Dessa maneira, não caberia ao Estado determinar qual o início da vida, já que para tanto precisaria tomar uma decisão baseada em crenças religiosas ou filosóficas. A despeito disso, a posição hoje tomada pelo Estado brasileiro parece exatamente escolher a concepção como o momento de início da vida, já que tem como regra a proibição do aborto. Apesar de ser um Estado Laico, o Estado brasileiro apropria-se de um conceito religioso para impor aos cidadãos uma conduta determinada, que acaba restringindo o âmbito de proteção da liberdade religiosa.

Mais consentânea com a posição de imparcialidade do Estado seria determinar tão-somente qual o grau de proteção jurídica que o feto tem à luz da Constituição Federal. Certamente que o feto deve receber algum tipo de proteção constitucional, ainda que a proteção não seja a mesma das pessoas já nascidas.

Argumentar que o feto não tem direito à vida e não merece qualquer proteção jurídica não se coaduna com o Estado Democrático de Direito. Ante a ausência de definição sobre o momento exato de certeza do início do direito à vida, parece adequado entender que o feto tem direito à vida desde a concepção. Cabe discutir qual a força da proteção conferida.

Na linha do que Tribunais estrangeiros já decidiram, considerando o silêncio da Constituição em falar especificamente do feto, é de se considerar que a proteção conferida a ele seria menor que aquela dada a pessoas já nascidas. Soa razoável a posição de que o feto é mais protegido pelo ordenamento jurídico com o avanço da gestação. Parece correto argumentar que, em momentos iniciais da gestação, tem-se uma proteção jurídica mais reduzida que aquela conferida a um feto no sétimo mês de gestação.

Mesmo reconhecendo que o feto tem direito à vida desde a concepção e que o grau de proteção varia de acordo com o momento da gestação, não se deve reconhecer o

feto como pessoa. Afinal, decorre do ordenamento jurídico que os atributos da personalidade surgem com o nascimento. Deve-se ter em mente que durante a gestação não há duas pessoas ou dois interesses contrapostos. Não se pode dissociar o feto da mulher, afinal o feto, durante a gestação, depende integralmente da mulher. Parece não só uma ficção jurídica, mas uma agressão à integridade física da mulher, considerar que parte do seu corpo não lhe pertence.

Vale o estudo aprofundado da solução adotada pela Suprema Corte Americana ao usar critérios objetivos para delimitar as fases em que o aborto é permitido. Até o 1º trimestre, em que a realização do aborto não apresenta risco para a gestante, o procedimento é totalmente permitido. No 2º trimestre, o aborto poderia ser permitido apenas em caso de risco à saúde da mãe. E no 3º trimestre, o aborto seria proibido, já que o feto apresenta viabilidade extrauterina.

São delimitações bastante objetivas que levam em consideração a evolução da gravidez sem considerar questões religiosas como o momento exato de início da vida. Contudo, ao impor que o aborto deve ser livremente permitido pelos Estados nos três primeiros meses de gestação, a Suprema Corte implicitamente reconhece que o feto não tem direito à vida no início da gravidez.

É interessante notar que o requisito temporal do 1º trimestre, como marco para a possibilidade de realização do aborto, é empregado quase que com unanimidade nos países que autorizam a interrupção da gestação. A ideia de se proibir o aborto a partir do 2º trimestre de gestação, deve-se ao fato de que é no 4º mês que se dá início à formação do sistema nervoso central e que o feto poderia começar a adquirir algum tipo de consciência.

Uma outra solução que poderia servir de paradigma é a adotada pelo Tribunal Constitucional alemão que reconhece plenamente o direito à vida do feto, mas estabelece critérios que devem ser ponderados para a realização do aborto. Por este entendimento, a garantia ao direito à vida do feto não impede a prática constitucional do aborto.

Pondera o Tribunal que o direito penal não é a única forma de se proteger o direito do feto, pelo contrário, a criminalização da conduta deve ser a última alternativa para proteção de direitos. Assim, entende o Tribunal que se pode proteger o direito à vida do feto com alguns cuidados e requisitos para a prática do aborto. O Tribunal cria um critério de “insuportabilidade” da gravidez para a mulher, que poderia decorrer de questões socioeconômicas, de ameaças à saúde física e mental das mulheres, entre outros. A presença de tais fatores autorizaria, portanto, a realização do aborto. Eis outra solução que

pode ser pensada para o ordenamento jurídico brasileiro.

Vê-se, portanto, que para autorizar o aborto não é necessário considerar que o feto não tem direito à vida. Todos os direitos fundamentais são relativos, inclusive, o direito à vida. É preciso, portanto, superar a barreira de que reconhecer o direito à vida do feto é impeditivo para ampliação das hipóteses legais de aborto.

A legislação brasileira sobre aborto parte do pressuposto de que o feto tem direito à vida desde a concepção, uma vez que a interrupção da gravidez é considerada, em regra, crime. Mesmo assim, o Código Penal autoriza a realização do aborto quando a gravidez é resultante de estupro, o chamado aborto sentimental. Neste caso, não há qualquer problema com a vida do feto, nem com a vida da mãe, mas a legislação entende que o sofrimento psicológico da mulher seria motivo suficiente para interromper a gravidez.

Em nada a nossa Constituição difere das de Estados que consideram a realização do aborto constitucional. Basta apenas interpretar todo o conjunto de direitos envolvidos.

Frequentemente, cita-se o princípio da dignidade da pessoa humana para auxiliar no debate sobre aborto. Obviamente que tal princípio é relevante sempre que há uma discussão de direitos fundamentais, já que a dignidade humana é considerada o núcleo essencial de todo direito fundamental. Além disso, não parece que o princípio da dignidade seja apto a ajudar na solução do problema.

Não há dúvida de que se deve ter a preocupação de resguardar a dignidade da mulher. E se o feto também tem direito à vida, também tem dignidade. A ideia de se falar em dignidade do feto teria maior relevância se se considerasse que o feto não tem direito à vida, mas deve ter sua dignidade resguardada. Havendo um direito específico a tutela-lo (direito à vida), não é tão necessário recorrer ao princípio da dignidade humana.

É fundamental agora analisar a perspectiva dos direitos atribuídos à mulher. Não é muito adequado fazer referência a direitos contrapostos no caso do aborto. A visão de um eventual conflito entre direitos da mulher e do feto parece ultrapassada, já que há uma dependência direta do feto à mulher. A melhor perspectiva é tentar enxergar os direitos da mulher juntamente com a proteção ao feto, numa ideia de harmonia e não de conflito. E para que essa visão seja possível, é necessário tratar da autonomia reprodutiva da mulher.

O debate sobre aborto envolve fundamentalmente a ideia de controle sobre a própria reprodução. A Suprema Corte dos EUA, em *Griswold*, entendeu que o direito a ter

acesso a métodos contraceptivos, ou seja, de decidir sobre a reprodução, faria parte da garantia à intimidade. Dá-se início, nesta linha, a ideia de que decidir sobre ter ou não filhos, bem como o seu número, é parte da intimidade da pessoa. Não cabe, assim, influência do Estado ou da sociedade no processo de tomada de decisão.

Da ideia de a intimidade envolver a possibilidade de uso de métodos contraceptivos, evoluiu-se o pensamento para um conceito de autonomia reprodutiva, em que a pessoa, de maneira, autônoma poderia decidir se quer ou não ter filhos. Reconhecida a autonomia reprodutiva, como parte do direito à intimidade, facilmente se evoluiu para considerar o aborto como um direito da mulher em controlar o processo reprodutivo.

A ideia de autonomia reprodutiva como parte da intimidade é bastante interessante. Afinal, poucas decisões são tão íntimas e fundamentais para o ser humano, quanto decidir se quer ter filhos ou qual o número de filhos que se pretende ter. Especialmente, no caso da mulher, o controle da reprodução é ainda mais sensível, afinal, a gravidez implica alterações sobre o próprio corpo. Neste sentido, ter o controle da reprodução é ter também controle sobre o seu corpo.

Obviamente que a ideia de autonomia envolve também a de liberdade. Mas é importante lembrar que liberdade, num Estado Democrático de Direito, significa também responsabilidade. Assim, a liberdade de controle da reprodução não pode implicar a autorização para práticas de atos desenfreados sem considerar a existência de outros valores fundamentais. Há sim liberdade reprodutiva e sexual, mas o controle da reprodução advém de uma decisão íntima, e o exercício de tal liberdade deve ser exercido com responsabilidade e com respeito a diversos princípios fundamentais.

Reconhecendo-se, assim, a autonomia reprodutiva como expoente do direito à intimidade e como o exercício do direito de controle sobre a sua reprodução, é possível pensar que a existência de tal autonomia autoriza a realização do aborto nos estágios iniciais da gravidez. Tal conclusão torna-se possível principalmente quando se lembra que o direito à vida do feto merece uma proteção menor nos estágios iniciais da gravidez. Afinal, o feto por não ser pessoa tem um direito à vida com característica distinta de uma pessoa nascida. O feto merece proteção, mas não tem um direito oponível à mãe.

A solução para o aborto passa pela necessidade de se conciliar os direitos da mãe e o direito à proteção da vida do feto. Como o feto tem direitos a serem protegidos, é necessário pensar em alguns critérios para a realização do aborto. O primeiro critério é o temporal, em que o aborto seria permitido dentro do 1º trimestre da gravidez, quando o feto ainda não pode ter adquirido nenhum tipo de consciência, já que a formação do

sistema nervoso central não se iniciou.

Além do critério temporal, é possível considerar alguns outros requisitos para a prática do aborto. Em países que permitem a interrupção da gravidez, frequentemente se exige que as mulheres passem por um acompanhamento psicológico antes de realizar o aborto e que seja obrigada a respeitar um período de espera entre a manifestação da vontade de abortar e a submissão ao procedimento. Tais exigências visam a garantir que a decisão tomada pela mulher seja uma decisão refletida e que seja uma decisão verdadeiramente autônoma.

Considerando que a decisão de abortar faz parte do exercício de sua autonomia, não há necessidade que a mulher exponha ao Estado qual o motivo do aborto. É fundamental, contudo, que esse motivo seja real e que a mulher tenha convicção de seus atos. Por isso, a exigência de uma consulta psicológica é válida.

Não é legítimo, porém, que o Estado imponha exigências que submetam a mulher a um fardo excessivo, de modo que o cumprimento da exigência tenha o condão de impedir o procedimento de aborto em si. Foi o que decidiu a Suprema Corte dos EUA em *Planned Parenthood v. Casey*.

O controle da reprodução envolve uma política pelo Estado de planejamento familiar, mas como uma decisão do indivíduo e não estatal. A ideia em si de planejamento familiar tem como fundamento a autonomia reprodutiva e autonomia só pode querer significar uma decisão individual, nunca coletiva ou do Estado. A lei brasileira do planejamento familiar, neste diapasão, tem conceitos flagrantemente inconstitucionais, já que não parece ter sido construída com base na ideia de autonomia reprodutiva. Prova disso é o dispositivo que exige autorização do cônjuge, na vigência da sociedade conjugal, para a realização de esterilização.

Na linha da autonomia reprodutiva, há uma recente construção internacional para se falar de uma classe específica de direitos, os chamados direitos reprodutivos e sexuais. Algumas conferências internacionais como a do Cairo e de Pequim já reconhecem expressamente tais direitos, que no mérito consagram toda a ideia já existente de autonomia reprodutiva. É interessante apenas a denominação específica para tais direitos, para que sejam oficialmente reconhecidos e protegidos.

Também na temática do aborto, é fundamental tratar do direito à saúde da mulher. O direito à saúde é visto frequentemente sob duas perspectivas. A primeira como uma justificativa para a autorização do aborto e a segunda como um problema na prática de abortos clandestinos.

Certamente que uma agressão à saúde física ou psíquica da mulher pode ser motivo suficiente a levar alguém a se decidir pelo aborto. Na linha da solução aqui proposta, o motivo que leva uma mulher a querer realizar um aborto é parte de sua autonomia, portanto, é protegida pelo direito à intimidade. Sendo uma decisão de foro íntimo, não precisa ser oficialmente comunicada ao Estado.

A visão do aborto como uma questão de saúde pública ganha relevância quando se verifica o número de abortos clandestinos realizados e os danos que podem causar à saúde das mulheres. O aborto é considerado hoje como a quinta causa de morte das mulheres no Brasil. E o risco na prática de abortos clandestinos existe mais fortemente para as mulheres pobres, que se submetem a condições degradantes para abortar.

Esses dados demonstram que o tratamento dado pelo Estado, ao criminalizar o aborto, está sendo ineficaz para proteger o direito à vida do feto. Afinal, o aborto ser crime não vem impedindo que sejam praticados milhares de abortos clandestinos anualmente no país. Neste sentido, cabe pensar, na linha do exposto pelo Min. Roberto Barroso, se a criminalização do aborto atende o princípio da proporcionalidade, i.e., se tornar o aborto crime é adequado, necessário e proporcional para o fim pretendido, que é proteger o feto. A resposta é intuitivamente negativa.

Assim, além de ferir vários direitos da mulher, a criminalização do aborto não é suficiente para proteger o feto. O crime de aborto, além de inconstitucional, é inútil. Seria muito mais eficaz para evitar o número de abortos, se o Estado investisse em políticas de educação sexual e de controle de natalidade, de modo a evitar gravidezes indesejadas. Caso o Estado tivesse uma política adequada de adoção, muitas mulheres poderiam optar por entregar seu filho à adoção do que recorrer ao aborto. Mas para isso, seria necessário também que o Estado oferecesse uma política de acompanhamento da gravidez de qualidade a todas as mulheres.

A discussão sobre aborto no Brasil ainda é bastante incipiente. O Supremo Tribunal Federal tem se manifestado em algumas situações marginais quanto ao reconhecimento do direito à vida do feto. Na ADPF 54, a Corte entendeu que o feto anencéfalo não tem direito à vida. Como já dito, a solução não parece a melhor. Mais consentâneo com a proteção dos direitos fundamentais, entender que apesar de ser protegido pelo direito à vida, a inviabilidade extrauterina do feto autoriza o aborto. Também, entendeu o STF que o embrião *in vitro* (fora do útero) tampouco merece a proteção do direito à vida.

Recentemente, levou-se a julgamento do STF, a possibilidade de

interrupção da gestação por mulheres infectadas com a síndrome congênita do *zika*. A solução encontrada aqui também justifica o aborto pelo extremo sofrimento experimentado pela mulher.

O fato que mais impacta no avanço do debate sobre a legalização do aborto é a proferida pelo STF, com base no voto do Min. Roberto Barroso, que realiza uma interpretação conforme à Constituições dos artigos do Código Penal para reconhecer que a interpretação que entende que o aborto é crime dos três primeiros meses da gestação não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988.

Conclui-se, portanto, que a ampliação das hipóteses de aborto legal no Brasil não é apenas constitucional, mas é um imperativo caso se pretenda cumprir todos os princípios enunciados pelo texto constitucional. Por oposição, o tratamento dado hoje pelo Código Penal brasileiro fere frontalmente a Carta Magna.

Pela Constituição brasileira, o feto é dotado de um direito à vida desde a concepção, ainda que seja um direito com significado profundamente distinto do direito à vida das pessoas nascidas. Isso porque o feto somente pode ser considerado pessoa com o nascimento com vida, a proteção conferida ao direito é gradual e o feto não pode ser considerado como titular de um direito oponível à mãe.

Assim, não há que se pensar em colisão de direitos fundamentais, uma vez que o feto é inteiramente dependente da mulher. Não é possível proteger o feto sem proteger também a mãe. Não há direitos contrapostos, mas sim direitos a serem harmonizados. A mulher grávida não perde parte da sua individualidade para o seu útero. Não há uma oposição entre a mulher e o feto. A mulher e o feto devem ser entendidos como um só, pelo menos até o momento de viabilidade extrauterina do feto.

Reconhecendo-se o direito à autonomia reprodutiva da mulher como parte de seu direito à intimidade, juntamente com a necessidade de proteção do feto, não há outra solução possível que não a de reconhecer a constitucionalidade do aborto, nos termos propostos. Assim, garante-se a autonomia da mulher legalizando o aborto. Protege-se o direito à vida do feto, exigindo-se que a mulher, antes de abortar, passe por um aconselhamento psicológico e respeite um período de espera entre a tomada da decisão e a realização do procedimento. Hoje, o aborto como crime desconsidera a existência da autonomia da mulher e, por negar existência a um princípio constitucional, padece de flagrante inconstitucionalidade.

BIBLIOGRAFIA

ADAME, Jorge Goddard. La reforma del Código Penal del Distrito Federal que autoriza el aborto del menor de doce semanas. **Boletín Mexicano de Derecho Comparado**. México. v.40. n.120. p.693-722. sept./dic. 2007.

AGUILAR, Susana Fernández. El movimiento antiabortista en la España del siglo XXI: el protagonismo de los grupos laicos cristianos y su alianza de facto con la Iglesia católica. **Revista de Estudios Políticos**. Madrid. n.154. p.11-39. oct./dic. 2011.

ALFORD, Suzanne M. Is self-abortion a fundamental right? **Duke Law Journal**. Durham, NC. v.52. n.5. p.1011-29. mar. 2003.

ANDRADA, Jose Bonifacio Borges de. Direito a vida: processo legislativo e Constituição. **Revista de Direito Público**. São Paulo. v.25. n.99. p.135-7. jul./set. 1991.

ANDRADE, José Carlos Vieira de. **Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976**. Coimbra, Almedina, 1998.

ANSELMINO, Valeria L. Consagración del derecho a la vida en la doctrina judicial. **Anales de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de la Universidad Nacional de La Plata**. La Plata. v.6. n.39. p.268-76. 2008.

AQUIJ-MRAD, Amel. **Droit à la vie, droit à la mort**. Droit Ecrit: Toulouse. n.1. p.59-69. mars. 2001.

ALMEIDA, Silmara J. A. Chinelato. **Tutela civil do nascituro**. São Paulo: Saraiva, 2000.

ALMEIDA FILHO, Agassiz; MELGARÉ, Plínio (org.). **Dignidade da pessoa humana – fundamentos e critérios interpretativos**. São Paulo: Malheiros, 2010.

ARDAILLON, Danielle. A insustentável ilicitude do aborto. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo. v.6. n.22. p.199-230. abr./jun. 1998.

AZEVEDO, Álvaro Villaça (coord.). **Direitos do paciente**. São Paulo: Saraiva, 2012.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Caracterização jurídica da dignidade da pessoa humana. **Revista dos Tribunais**. Fasc. Civ. a. 91, v. 797, março/2002. p. 11-26.

AZNAR, Federico R. Gil. El delito canonico de aborto. comentario a una respuesta de la CPI. **Revista Espanola de Derecho Canonico**. Salamanca. v.47. n.128. p.225-39. ene./jun. 1990.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. O aborto sob a perspectiva da bioética. **Revista dos Tribunais**. São Paulo. v.92. n.807. p.473-85. jan. 2003

BACHA, Angela M; GRASSIOTTO, Oswaldo da R. Aspectos éticos das praticas abortivas

- clandestinas. **Bioética**. Brasília. v.2. n.1. p.53-9. 1994.
- BARBERO, Marino Santos. Estado actual de la problematica del aborto en Europa Occidental. **Boletín Mexicano de Derecho Comparado**. Mexico. v.24. n.71. p.393-418. mayo/ago. 1991.
- BARROSO, Luís Roberto. Gestação de fetos anencefálicos e pesquisas com células-tronco: dois temas acerca da vida e da dignidade na Constituição. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro. v.241. p.93-120. jul./set. 2005.
- BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**. 3 ed., São Paulo, Saraiva, 1999.
- BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. **Comentários à Constituição do Brasil**. 8. ed., São Paulo, Saraiva, 1988.
- BASTOS, Celso Ribeiro Bastos. **Curso de direito constitucional**. 19 ed. São Paulo, Saraiva, 1998.
- BONIFAZ A, Leticia. Al aborto (analisis filosofico-juridico). **Revista Mexicana de Justicia**. v.4. n.4. p.187-207. out./dez. 1986.
- BRADLEY, Gerard V. Life's dominion: a review essay. **Notre Dame Law Review**. Notre Dame. v.69. n.2. p.329-91. 1993.
- BRAUNER, Maria Claudia Crespo. Direitos sexuais e reprodutivos: uma abordagem a partir dos direitos humanos. **Revista do Direito**. Santa Cruz do Sul. n.16. p.67-83. jul./dez. 2001.
- BRILMAYER, Lea. Interstate preemption: the right to travel, the right to life, and the right to die. **Michigan Law Review**. Ann Arbor. v.91. n.5. p.873-906. march. 1993.
- BURDEAU, George. **Les libertés publiques**. 4 ed. Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1972.
- CAMPOS, Diogo Leite; CHINELLATO Silmara Juny de Abreu. (coord.); AZEVEDO, Álvaro Villaza. [et al.] (col). **Pessoa humana e direito**. Coimbra: Almedina, 2009.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional**. 6. ed, Coimbra: Almedina, 1993.
- CHINELLATO, Silmara Juny de Abreu. **Aborto. Planejamento familiar. Aspectos jurídicos. Conferencia sobre a população e desenvolvimento**. (Cairo setembro de 1994). Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos. Bauru. n.15. p.217-24. ago./nov. 1996.
- COLKER, Ruth. Abortion and dialogue. **Tulane Law Review**. New Orleans. v.63. n.6. p.1363-403. jun. 1989.
- COLLIARD, Claude-Albert. **Libertés publiques**. 7 ed. Paris: Dalloz, 1989.
- COOK, Rebecca J. **Leis e políticas sobre o aborto – desafios e oportunidades**. São

Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1991

COSTA, Álvaro Mayrink da. Interrupção da gravidez: uma questão de direitos humanos. **Revista da EMERJ**. Rio de Janeiro. v.13. n.50. p.191-219. 2010.

COSTA, Ana Maria. Planejamento familiar no Brasil. **Bioética**. Brasília. v.4. n.2. p.209-15. 1996.

DALLARI, Sueli Gandolfi. Aborto - Um problema Ético da Saúde Pública. **Bioética**. Brasília. v.2. n.1. p.37-41. 1994.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direito à vida e liberdade para morrer**. Coimbra: Almedina, 2009.

DEL PRIORE, Mary Lucy Murray. A árvore e o fruto: Um breve ensaio histórico sobre o aborto. **Bioética**. Brasília. v.2. n.1. p.43-51. 1994.

DIAS, Maria Berenice. Direito fundamental ao aborto. **Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal**. Porto Alegre. v.2. n.11. p.20-1. abr./maio. 2006.

DIAS, Maria Berenice. Aborto é crime? **Boletim de Doutrina ADCOAS**. Rio de Janeiro. v.8. n.17. p.320-1. set. 2005.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

DORA, Denise Dourado, Domingos Dresch da Silveira [orgs] BORDIN, Jussara e VALENZUELA, Stella Máris [colab] **Direitos humanos, ética e direitos reprodutivos**. Porto Alegre: Themis, 1998.

DWORKIN, Ronald. **Domínio da vida – aborto, eutanásia e liberdades individuais**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

DWORKIN, Ronald. **Is democracy possible here? Principles for a new political debate**. Princeton: Princeton University Press, 2006

ELLIOTT, Jennifer Landrum. Will Charlie Brown finally kick the football? Missouri enacts the next generation of partial birth abortion restrictions. **Saint Louis University Law Journal**. Saint Louis. v.44. n.3. p.1083-120. 2000.

ELUF, Luiza Nagib. Prática do aborto. **Revista dos Tribunais**. São Paulo. v.82. n.691. p.285-92. maio. 1993.

FERREIRA, Ivete Senise. **Vida e aborto. Aspectos penais**. Coimbra: Almedina, 2009.

FINLAY, Henry A. Abortion, right or crime? **University of Tasmania Law Review**. Hobart. v.10. n.1. p.1-15. 1990.

GALLI, Beatriz. Negative impacts of abortion criminalization in Brazil: systematic denial of women's reproductive autonomy and human rights. **University of Miami Law Review**.

Miami. v.65. n.3. p.969-80. 2011.

GARCIA, Maria. A inviolabilidade constitucional do direito à vida. A questão do aborto. Necessidade de sua descriminalização. Medidas de consenso. **Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política**. São Paulo. v.6. n.24. p.73-83. jul./set. 1998.

GONÇALVES, Rogério Magnus Varela. **A dignidade da pessoa humana e o direito à vida** in ALMEIDA FILHO, Agassiz; MELGARÉ, Plínio (org.). **Dignidade da pessoa humana – fundamentos e critérios interpretativos**. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 449-450.

GOZZO, Débora. Nascimento anônimo: em defesa do direito fundamental à vida. **Revista Mestrado em Direito**. Osasco. v.6. n.2. p.123-37. jul./dez. 2006.

GRINBERG, Rosana. Planejamento familiar: evolução e seus aspectos medico-etico-legais. **Revista Trimestral de Jurisprudencia dos Estados**. São Paulo. v.8. n.29. p.3-35. out./dez. 1984.

GUIMBO, Bernard Raymond. **Droit au developpement et dignité humaine** in **Les droits fondamentaux**. Bruxelas, 1997.

HABERMAS, Junger. **O futuro da natureza humana**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HANIGSBURG, Julia E. Homologizing pregnancy and motherhood: a consideration of abortion. **Michigan Law Review**. Ann Arbor. v.94. n.2. p.371-418. nov. 1995.

ITURRASPE, Masset. Comienzo, viscisitudes y fin de la persona humana. **Anales de la Academia Nacional de Derecho y Ciencias Sociales de Cordoba**. Cordoba. n.25. p.45-55. 1986.

JAVIER, Juvenal M. Reflexiones sobre la objeción de consciência e ideário em el Uruguay a partir de las leyes 18.987 y 18.473. **Revista de Derecho Público**. ano 22, n. 43, p. 33-56, 2013.

KELLY, Christopher M; KNOX, Tracy D. Hodgson and Akrom II: the Supreme Court's new standard for minor's abortion statutes. **Notre Dame Law Review**. Notre Dame. v.66. n.2. p.527-54. 1990.

KNOPPERS, Bartha Maria; BRAULT, Isabel. Abortion in franco phone countries. **The American Journal of Comparative Law**. Berkeley. v.38. n.4. p.889-922. 1990.

KREIMER, Seth F. But whoever treasures freedom... the right to travel and extraterritorial abortions. **Michigan Law Review**. Ann Arbor. v.91. n.5. p.907-38. march. 1993.

LECLERCQ, Claude. **Libertés publiques**. 3 ed. Paris: Litec, 1996.

LEIVAS, Paulo. **Direito à saúde na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional**. in DORA, Denise Dourado; SILVEIRA, Domingos Dresch da (org.).

Direitos humanos, ética e direitos reprodutivos. Porto Alegre: Themis, 1998, p. 139.

LEVINE, Phillip B; STAIGER, Douglas. Abortion policy and fertility outcomes: the eastern european experience. **The Journal of Law and Economics**. Chicago. v.47. n.1. p.223-43. Apr. 2004.

LISBOA, Roberto Senise. O aborto e os direitos da personalidade do nascituro. **FMU/Direito: Revista da Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas**. São Paulo. v.10. n.14. p.193-210. jan./jun. 1996.

LUGOSI, Charles I. Respecting human life in 21st century America: a moral perspective to extend civil rights to the unborn from creation to natural death. **Saint Louis University Law Journal**. Saint Louis. v.48. n.2. p.425-74. 2004

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito do planejamento familiar. **Revista dos Tribunais**. São Paulo. v.87. n.749. p.46-59. mar. 1998.

MALFATTI, Selvino Antonio. Uma reflexão sobre a bioética. **Revista Brasileira de Filosofia**. São Paulo. v.55. n.224. p.533-50. out./dez. 2006

MALTZ, Earl. Abortion, precedent, and the constitution: a comment on Planned Parenthood of Southeastern Pennsylvania v. Casey. **Notre Dame Law Review**. Notre Dame. v.68. n.1. p.11-32. 1992.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. O direito à vida no Código Civil à luz da Constituição. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**. São Paulo. n.5. p.18-27. jan./jun. 2005.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Fundamentos do direito natural a vida. **LEX: Jurisprudência dos Tribunais de Alçada Civil de São Paulo**. v.25. n.127. p.105-10. maio/jun. 1991.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. O direito à vida do nascituro. **LEX: Jurisprudência dos Tribunais de Alçada Civil de São Paulo**. São Paulo. v.25. n.127. p.111-2. maio/jun. 1991.

MATTAR, Laura Davis. Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais - uma análise comparativa com os direitos reprodutivos. **SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos**. São Paulo. v.5. n.8. p.61-83. jun. 2008

MELO, Mônica de. Proteção dos direitos sexuais e reprodutivos através da ação civil pública. **Revista de Direitos Difusos**. São Paulo. v.4. n.19. p.2571-90. maio./jun. 2003.

MENDES, Sérgio da Silva. O domínio público do útero materno. **Interesse Público**. Belo Horizonte. v.14. n.71. p.95-121. 2012.

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais – Teoria geral – comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil**. São

Paulo: Atlas, 2011.

NEUMAN, Gerald L. Casey in the mirror: abortion, abuse and the right to protection in the United States and Germany. **The American Journal of Comparative Law**. Berkeley. v.43. n.2. p.273-314. 1995.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O direito brasileiro e o princípio da dignidade da pessoa humana. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília: Senado Federal, ano 37, n 145, p. 185, jan./mar. 2000.

OLINGA, Alain Didier. Le droit à des conditions matérielles d'existence minimales en tant que l'élément de la dignité humaine (articles 2 et 3 de la CEDH) in **Les droits fondamentaux**. Bruxelas, 1997

OLIVITO, Elisa. Laicità e simboli religiosi nella sfera pubblica esperienze a confronto. **Diritto Pubblico**. Bologna, v.10, n.2, mag./ago. 2004.

OPEZ, Elbio J. Rocca. **Derecho a la vida**. Cuadernos. Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Montevideo. n.13. p.90-4. 1990.

PADEN, Roger. Abortion and sexual morality. **Dialogos**. Rio Piedras. v.22. n.50. p.145-154. jul. 1987.

PALLEY, Howard A. Canadian Abortion Policy: National Policy and the Impact of Federalism and Political Implementation on Access to Services. **Publius: The Journal of Federalism**. Easton. v.36. n.4. p.565-86. 2006.

PAULA, Ignacio Carrasco. **O respeito devido ao embrião humano: uma perspectiva histórica e doutrinária**. in CORREA, Juan de Dios Vial; SGRECCIA, Elio. **Identidade e estatuto do embrião humano – Atas da Terceira Assembleia da Pontifícia Academia para a Vida**. EDUSC: Bauru, 2007

PINTO, Roger. La Cour Supreme americaine et l'avortement. **Revue du Droit Public et de la Science Politique en France et a l'Etranger**. Paris. n.4. p.907-38. juil/aout. 1993.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PUSSI, William Artur. **Personalidade jurídica do nascituro**. Juruá: Curitiba, 2005.

RAMIREZ, Benito Valverde; VALLEJOS, Suárez, PÍA F; RAUEN, Ramírez, BENEDITO, Felipe. Direito a vida. **Justitia**. Sao Paulo. v.47. n.131-A. p.181-5. set. 1985.

RAO, Vicente. **O direito e a vida dos direitos**. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

RENUCCI, Jean-François. **Droit européen des droits de l'homme**. 3 ed. Paris: L.G.D.J., 2002.

RIVERO, Jean; MOUTOUH, Hugues. **Liberdades Públicas**. São Paulo: Martins Fontes,

2006.

RODRÍGUEZ , Blanca Ruiz. Género en el discurso constitucional del aborto. **Revista de Estudios Políticos**. Madrid. n.156. p.49-83. abr./jun. 2012.

RODRÍGUEZ, Blanca Ruiz. Cuestión de derecho? El Consejo de Estado ante los retos del aborto. **Teoría y Realidad Constitucional**. Madrid. n.25. p.603-19. jan./jun. 2010.

RUBIO, Valle Labrada. **Introducción a la teoría de los derechos humanos: fundamento, historia, declaración universal de 10 de diciembre de 1948**. Madrid: Civitas, 1998.

RUIZ, Carlos J. Irizarry. Derecho a la intimidad y la autonomía personal. **Revista Jurídica de la Universidad de Puerto Rico**. Rio Piedras. v.72. n.4. p.1061-96. 2003.

RUIZ, Isabel Gallardon. Reflexiones en torno al aborto. **Revista de la Facultad de Derecho de la Universidad Complutense**. Madrid. n.88. p.279-89. 1997.

SANTILLÁN, Iris Rocío Ramírez; TAGLE, Fernando Tenório. El aborto en México. Un debate abierto (Abortion in Mexico. an open debate). **Crítica Jurídica: Revista Latinoamericana de Política, Filosofía y Derecho**. México. n.30. p.121-35. jul./dic. 2010.

SARMENTO, Daniel. Legalização do aborto e Constituição. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro. n.240. p.43-82. abr./jun. 2005.

SARMENTO, Daniel. **Livres e iguais: estudos de direito constitucional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

SEMIÃO, Sergio Abdalla. **Os direitos do nascituro – aspectos cíveis, criminais e do biodireito**. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

SERRA, Angelo; COLOMBO, Roberto. **Identidade e estatuto do embrião humano: a contribuição da biologia in** CORREA, Juan de Dios Vial; SGRECCIA, Elio. **Identidade e estatuto do embrião humano – Atas da Terceira Assembleia da Pontifícia Academia para a Vida**. EDUSC: Bauru, 2007.

SHAPIRO, Ian. El derecho constitucional del aborto en los Estados Unidos: una introducción. **DOXA: Cuadernos de Filosofía del Derecho**. Alicante. n.31. p.437-63. 2008.

SIECKMANN, Jan R. El concepto de autonomía. **DOXA: Cuadernos de Filosofía del Derecho**. Alicante. n.31. p.465-83. 2008

SILVA, José Afonso da. A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia. **Revista de direito administrativo**. Rio de Janeiro, n. 212, p. 89-94, abr./jun. 1998.

- SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à Constituição**. 8 ed. São Paulo: Malheiros, 2012.
- SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 33 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
- SILVA, Luis Virgilio Afonso da. **Derechos sociales como mandatos de organización, su subjetivización y justiciabilidad : un análisis empírico**. Granada: Comares, 2011.
- SOARES, Orlando. Direito à vida. **Revista Forense**. Rio de Janeiro. v.92. n.336. p.149-73. out/dez. 1996.
- STENVOLL, Dag. Contraception, abortion and state socialism: categories in birth control discourses and policies. **Kansai University Review of Law and Politics**. Osaka. n.28. p.33-49. mar. 2007.
- STITH, Richard. New constitutional and penal theory in spanish abortion law. **The American Journal of Comparative Law**. Berkeley. v.35. n.3. p.513-58. 1987.
- TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. Direito civil entre a vida e a morte. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. São Paulo. v.100. p.433-71. 2005
- VAGGIONE, Juan Marco; JULIÁ, Silvia. Construcciones jurídicas progresistas en relación al aborto. **Anuário. Centro de Investigaciones Jurídicas y Sociales Facultad de Derecho y Ciências Sociales Universidad Nacional de Cordoba**. Cordoba. v.9. p.613-26. 2006.
- WETSTEIN, Matthew E; ALBRITTON, Robert B. Effects of public opinion on abortion policies and use in the American States. **Publius: the journal of federalism**. Easton. v.25. n.4. p.91-105. 1995.
- WHITMAN, Chris. Looking back on planned parenthood v. Casey. **Michigan Law Review**. Ann Arbor. v.100. n.7. p.1980-96. jun. 2002.
- ZAMPA, David J. The Supreme Court's abortion jurisprudence: will the Supreme Court Pass the "albatross" back to the States. **Notre Dame Law Review**. Notre Dame. p.731-80. 1990.